

Sexta-feira

Teresina, 18 de novembro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 WhatsApp

(86) 98889-9588

● ANO XXX Número 10.945

● www.diariodopovo-pi.com.br

● Piauí: R\$ 2,50 - Outros Estados R\$ 4,00

■ REPATRIAÇÃO

União repassará mais R\$ 173 milhões ao Piauí

Uma articulação provocada pelo governador Wellington Dias torna real a possibilidade do Piauí garantir direito a receber R\$ 173 milhões da União, ainda este ano, referente aos recursos da repatriação de dinheiro enviado ilegalmente ao exterior. O recurso é proveniente das multas pagas por contribuintes à Receita Federal para regularização de ativos no exterior. Wellington recebeu ontem do presidente do Senado, Renan Calheiros, a informação de que o presidente da República, Michel Temer, deve convocar uma reunião com os governadores para anunciar uma mudança de posicionamento pela liberação da multa da repatriação para estados e municípios.

"A decisão do Presidente de pagar a multa normaliza o processo. Recorremos ao Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de alternativa. A multa da repatriação é moratória e

claramente partilhada com Estados e municípios", explica Wellington Dias. O governo do Piauí entrou com uma ação pioneira no STF para assegurar o recebimento dos valores referentes às multas aplicadas aos contribuintes. Em contato com Wellington Dias, o governador Rodrigo Rollemberg (DF), afirmou que ligou para o presidente Michel Temer e viu nele muita simpatia no sentido de reconhecer o direito dos estados e municípios e pagar a multa da repatriação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ainda que já está em andamento o cronograma para aprovação da lei da Securitização da Dívida Ativa e da lei do Alongamento das Dívidas. São pautas de interesse do Fórum dos Governadores do Brasil, que ocorrerá na próxima terça-feira (22), em Brasília, na residência do Governo do Distrito Federal, para discutir esses e outros assuntos.



WELLINGTON Dias: esforço para receber dinheiro de multas da repatriação



Governador Wellington Dias confirmou a sinalização do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), de que o Governo Federal pagará a multa

União recua e vai pagar multa da repatriação

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

A luta travada por 23 Estados no Supremo Tribunal Federal (STF) no que tange a partilha dos recursos da multa da lei de repatriação caminha para chegar ao fim nos próximos dias. O governador Wellington Dias (PT), que também coordena o Fórum dos Governadores, confirmou nesta quinta-feira, dia 17, a sinalização do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), sobre uma mudança na postura do Governo Federal. Nesse sentido, nos próximos dias os líderes estaduais deverão se reunir com o presidente Michel Temer (PMDB) para definir a liberação de recursos aos entes federativos, assim, a previsão é que o Piauí tenha cerca de R\$ 170 milhões a mais.

"A decisão do Presidente de pagar a multa normaliza o processo. Recorremos ao Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de alternativa. A multa da repatriação é moratória e claramente partilhada com Estados e municípios", explicou o governador, que se recupera de uma cirurgia.

A notícia não é positiva apenas para o Estado, caso a



ANA CLAUDIA SANTOS

WELLINGTON ouve de Renan que União pagará multa

multa seja liberada também aos municípios, os prefeitos piauienses receberão mais recursos para fechar o ano cumprindo suas obrigações em dia. Este tema, inclusive, foi pauta na Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o líder do órgão, Paulo Zilkoski indicou, após liminar concedida ao Piauí para separação do montante em depósito judicial, que a União teria que verificar a dotação para os Governos Municipais. "Isso é uma boa sinalização que em tese a União está admitindo a possibilidade de que a multa seja partilhada conosco", afirmou na ocasião.

A movimentação quanto a liberação dos recursos foi iniciada pelo Piauí, o governador Wellington Dias (PT) tomou como base a Constituição Federal, R\$ 170 milhões já haviam sido encaminhados ao Estado no último dia 10, através do FPE, a receita da repatriação ajudará a fechar as contas em 2016, cobrindo o déficit e ao mesmo tempo contribuindo na manutenção do pagamento dos servidores em dia. "Nós estamos tratando de um tema que diz respeito a partilha dos recursos confiados a União, a União arrecada impostos e a Constituição no artigo 160 fala em

170

MILHÕES são o que o Piauí vai receber da multa da repatriação que estava em litígio no STF

impostos, acessórios, adicionais e na regulamentação ela deixa muito claramente que a multa e outras são partilhadas dentro do Fundo de Participação, portanto é um artigo da Constituição que assegura essa receita aos Estados e Municípios", indicou Dias.

Além de informar a pretensão do Governo Federal em mudar de posicionamento, o governador Wellington Dias informou que o presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) disse ainda que já está em andamento o cronograma para aprovação da lei da Securitização da Dívida Ativa e da lei do Alongamento das Dívidas. As pautas são de interesse do Fórum dos Governadores, que voltará a se reunir na próxima terça-feira, 22 de novembro, em Brasília.

JÚLIO CÉSAR

“80% das prefeituras estão quebradas”

Quase 80% das prefeituras estão com as contas no vermelho e poderão ter as contas bloqueadas para garantir os pagamentos dos funcionários e dos fornecedores. As prefeituras, segundo o presidente da Frente Municipalista Brasileira, deputado federal Júlio César (PSD), estão quebradas e é preciso ajudar aos prefeitos a entregarem as contas para os sucessores.

Ele disse que a crise econômica deixou as prefeituras no vermelho e os prefeitos eleitos temem receber os cofres zerados. Júlio César afirmou que é preciso um socorro aos prefeitos no exercício para ajudar a pagar as contas. Ele advertiu que as prefeituras ainda correm o risco de terem as contas



JÚLIO CÉSAR pede ajuda do Governo Federal a Prefeituras

bloqueadas pelo INSS ou na Justiça, o que deixam os prefeitos sem um tostão para os pagamentos correntes.

“As consequências de um bloqueio são as piores possíveis. O prefeito fica em condi-

ções de efetuar os pagamentos. Estamos acompanhando o nível das obrigações, porque os Estados e a União transferem as obrigações para os municípios, sem os correspondentes necessários e isso desequili-

bra as contas”, justificou.

Por outro lado, Júlio César comentou que existem as anomalias de gestão e os prefeitos têm que ajustar as contas, inclusive para passá-las ao sucessor. E a preocupação dos prefeitos eleitos é receber uma prefeitura quebrada.


O deputado ainda chamou a atenção para a defasagem no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), onde o valor nominal teve o maior déficit desde o ano passado. “Os prefeitos têm o 1% de dezembro, que é um projeto meu, que corresponde a 60% do que recebem do FPM, e mais 1% do mês de julho, que ajuda no momento em que a receita tem o menor volume”, disse.


TCE nega recurso e mantém bloqueio das contas de Boa Hora


O prefeito não comprovou o pagamento dos salários dos servidores.

RAYANE TRAJANO

18/11/2016 @ 08h54

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O prefeito de Boa Hora, José Resende, entrou com recurso de agravo no Tribunal de Contas do Estado do Piauí contra a decisão do conselheiro Aberlado Vilanova que **bloqueou as contas do município**. Nesta quarta-feira (16), o conselheiro avaliou o pedido e manteve a decisão inicial.



Zé Resende

No recurso, o prefeito afirma que a situação do município é caótica, “com Receita menor que a Despesa, desde o exercício 2013, acostando demonstrativos e extratos bancários”. Em relação ao pagamento das verbas trabalhistas dos servidores municipais, o prefeito argumentou que após inúmeras tentativas de acordo com o sindicato, conseguiu realizar apenas acordos isolados, com alguns servidores.

Sobre o atraso no pagamento dos salários dos servidores, principal motivo para o bloqueio das contas, o prefeito não comprovou a quitação, assim o conselheiro avaliou que não haviam motivos para alterar a decisão proferida no dia 07 de novembro e pediu que o tribunal designe um novo relator para o caso.

Outro lado

Procurado pelo **GPI** nesta quinta-feira (17), o prefeito não foi localizado para comentar a decisão.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-nega-recurso-e-mantem-bloqueio-das-contas-de-boa-hora-404562.html>

Governo Federal reconhece direito dos estados e municípios por multa da repatriação

Da Redação do Portal AZ | 17 de Novembro de 2016, 16:48



O presidente Michel Temer se comprometeu em marcar uma reunião com governadores do país e anunciar mudança de posição pela liberação da multa da repatriação para Estados e municípios. Sua antecipação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) se deu durante jantar com senadores e deputados, realizado na noite desta quarta-feira (16) no Palácio da Alvorada, em Brasília.



O governador Wellington Dias, Coordenador do Fórum de Governadores do Brasil, manteve o diálogo com o presidente na noite de ontem, e nesta manhã confirmou o comprometimento do presidente Michel Temer.

O Presidente Renan Calheiros disse que já está em andamento cronograma para aprovação da lei da Securitização da Dívida Ativa e da lei do Alongamento das dívidas, que ele está tratando para pautar e votar. O Fórum dos Governadores do Brasil ira acompanhar de perto os diálogos e articulações.

"A decisão do Presidente de pagar a multa normaliza o processo. Recorremos ao STF por falta de alternativa. A multa da repatriação é moratória e claramente partilhada com Estados e municípios" Wellington Dias. (PT-PI)

Na próxima semana, o fórum de governadores do Brasil tem agenda marcada para terça feira (22), em Brasília, as 19h, na residência do Governo do Distrito Federal.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/politica-nacional/384207/governo-federal-reconhece-direito-dos-estados-e-municipios-por-mul>